



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 6 (Mandato 2025-2029)

Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal do Barreiro, realizada no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e seis

Ao quinto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Casa da Cidadania Cabós Gonçalves, sito na Rua Frederico Pereira, 2830-354 Barreiro, **realizou-se uma Reunião Extraordinária.**

A Ordem de Trabalhos encontra-se inserta na Ata como **anexo I.**

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente Frederico Rosa, Vice-Presidente Rui Braga, Gonçalo Camacho, Rui Pereira, Rafael Plowden, Maria João Regalo, Carlos Guerreiro e Sílvia Ratão.

(04:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, lembrou que a Ordem de Trabalhos que era longa, teria que ser esgotada na Reunião a que se estava a dar início. Agradeceu a todas as forças políticas por terem consensualizado a discussão conjunta dos pontos 2.3 e 2.4 a que fora atribuída uma grelha própria. Deu nota do desaparecimento de Nuno Santa Clara, Vereador candidato pela lista do Partido Socialista em dois mil e nove à Câmara Municipal do Barreiro, estivera presente nas cerimónias fúnebres e transmitira à Associação 25 de Abril, à Associação dos Deficientes das Forças Armadas e à família sentidos pesares, em nome de todos. O documento de pesar que dera entrada nos Serviços, seria apresentado na Reunião Ordinária seguinte. Deu nota também, de que fora ativado o Plano Municipal de Proteção Civil, toda a informação estava disponível na internet e apelou a uma maior prudência de todos os cidadãos nomeadamente nas orlas ribeirinhas. Dada a situação, ao longo da noite o Presidente da Câmara Municipal iria estar entre a Assembleia Municipal e o Centro Operacional em Santo André. Foi guardado um minuto de silêncio em memória de José Nuno de Santa Clara Gomes. Deu a conhecer os pedidos de substituição:

Substituição na Assembleia Municipal
Antínia de Moraes substituída por Joana Gaspar
Rui Faria substituído por Lara Santinho
Sara Heitor substituída por Zélia Silva
Suspensão de Mandato na Assembleia Municipal
Não foram apresentados pedidos.
Suspensão de Mandato na Câmara Municipal
Não foram apresentados pedidos.
Substituição na Câmara Municipal
José Paulo Rodrigues substituído por Sílvia Ratão
Jéssica Pereira, substituída por Rafael Plowden

Coadjuvaram a Mesa, os Deputados David Rodrigues e Filipa Pinto, respetivamente com Primeiro Secretário e Segunda Secretária.

Estiveram presentes trinta e um deputados conforme lista de presenças, inserta na Ata como **anexo II**

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 44º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

(10:28 do vídeo)

Inês Carvalho de Almeida Pateiro, lamentou a ausência do Presidente da Câmara, a quem tinha recorrido sem sucesso por duas vezes. Na qualidade de membro do Grupo 2830 Urbanização da Escavadeira, expôs situações relacionadas com a degradação do espaço público na zona, com a ausência de abrigos nas paragens de autocarros junto à escola e centro de saúde e com a transformação do parque infantil em parque canino, cujos motivos e critérios os moradores não entendiam - **anexo III**

(17:02 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, dado que o que cabia no Período de Intervenção do Público era a resposta direta do Presidente da Câmara, e face à sua ausência, pediu aos Serviços que transcrevessem a intervenção e a convertessem num requerimento para a resposta surtir efeito e ser enviada via email. Adiantou que segundo informação da Divisão de Gestão de Equipamentos Municipais, o processo de mudança do parque canino estava a decorrer.

(18:15 do vídeo)

Flávio André Gomes Oliveira, identificou-se como membro do LIVRE, mas era na qualidade de cidadão que pretendia intervir. Informou que o Jornal O Setubalense estava a organizar uma recolha de bens e mantimentos para as vítimas das cheias em Alcácer do Sal, apelou a que pudessem ajudar, ele próprio o estava a fazer. Como morador no Bairro Novo da CUF, perguntou como estava o projeto-piloto de recolha de resíduos orgânicos para a zona do Bairro, reclamou do mau planeamento na plantação de árvores, e, enquanto biólogo de profissão, ficou disponível para dar sugestões de o fazer corretamente. Perguntou se não haveria uma solução mais permanente para os buracos nas estradas e vias públicas, sem ser sistematicamente tapar com areia – **anexo IV**.

(22:40 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, assumiu perante o município o mesmo compromisso que assumira aquando da primeira intervenção.

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

(23:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, a Câmara Municipal dera conhecimento da existência de um empréstimo, relacionado com PRR, cujo processo teria que ser visado até ao dia treze. Submeteu à aprovação do Plenário a sua inclusão como ponto 2.5 -ADJUDICAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2026, ATÉ AO MONTANTE DE 7.500.00,00€ (SETE MILHÕES E QUINHENTOS MIL EUROS). Não houve objecção.

(25:27 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, já referira na Conferência de Líderes, e o Presidente da Assembleia Municipal também, a necessidade de a Câmara justificar a urgência da convocatória. Não se iria opor à introdução do ponto, mas considerava estar a ser violado o número dois do artigo cinquenta e três, da Lei setenta e três de dois mil e treze.

(26:33 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, “não meta nas minhas palavras coisas que eu não disse, está bem? Assuma as suas palavras, mas não diga as que eu não disse, desculpe interrompê-lo, mas eu não disse que era ilegal, se eu achasse que era ilegal não estava cá.”, afirmou.

(26:44 do vídeo)

O Deputado Francisco Alves, reafirmou que considerava ilegal, os deputados não vinham à Assembleia como notários da Câmara, daí a necessidade de se ter uma informação cabal sobre os motivos da urgência da Reunião.

(28:10 do vídeo)

O Deputado José Luís Ferreira, disse que a estabilização da Ordem de Trabalhos ganhara contornos que não se podiam repetir, por se estar a fragilizar a credibilidade do Órgão Assembleia Municipal e porque o Executivo PS o estar a ver como se fosse um gabinete da Câmara Municipal, e fundamentou.

(30:52 do vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, comentou que não lhe parecia muito razoável haver troca na apreciação dos pontos.

(31:30 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, percebera que houvera unanimidade na introdução do ponto 2.5, face às interpelações, a Ordem de Trabalhos seguiria a ordem normal. Perguntou ao Presidente da Câmara se queria dar alguma informação sobre o Estado de Emergência decretado.

(31:30 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, frisou que fora ele próprio que pedira para trocar os pontos, para poder assistir e participar na discussão dos orçamentos, pois teria que se ausentar para participar no briefing da Proteção Civil às onze e trinta. Explicou os moldes em que fora acionado o Plano de Emergência. Pediu ao Grupo Municipal do CHEGA, que aceitasse a troca dos pontos para o possibilitar de participar na discussão dos Orçamentos.

(36:31 do vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, comentou que em Conferência de Líderes fora falado que a Câmara achava mais plausível votar em primeiro os empréstimos, por irem fazer parte do Orçamento, agora sabendo das razões apresentadas, o Grupo Municipal do CHEGA não se opunha à troca da ordem de apresentação dos pontos.

(37:27 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, disse que era fatural e verdadeiro tudo que o Deputado Rodrigo Mendes referira e agradeceu-lhe a tolerância.

2.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO BARREIRO PARA 2026;

2.4 DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES, ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL E MAPA DE PESSOAL – SMTCB;

(37:45 do vídeo)

O **Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista**, deu a conhecer a grelha que fora consensualizada para a fusão dos dois pontos.

(39:10 do vídeo)

A **Vereadora Maria João Regalo**, o Orçamento da Câmara Municipal para dois mil e vinte e seis assumia de forma clara o investimento como eixo municipal de atuação e uma opção política virada para o futuro do Concelho e para a qualificação do território. Anunciou-o como o maior Orçamento de sempre da Autarquia, no valor de cento e quarenta milhões de euros, referiu os números e as percentagens da Despesas de Capital e das Despesas Correntes, que fundamentou. O Orçamento e Grandes Opções do Plano dos TCB estava marcado pelo investimento feito na aquisição dos quarenta novos autocarros elétricos, era mudança paradigma dos TCB que ia ao encontro daquilo que era a estratégia e objetivos traçados a nível europeu. Num valor global de trinta e nove milhões de euros, a proposta de Orçamento englobava o investimento nos autocarros, visava a modernização dos Transportes Públicos do Barreiro, o reforço da mobilidade sustentável e da qualidade de serviço e a promoção do serviço público em detrimento do automóvel. Nele estava previsto o crescimento do número de passageiros, a oferta de mais carreiras com novas tipologias, vários investimentos para transformação digital e o reforço de viaturas de turismo. Informou sobre as medidas que estavam a ser tomadas para atrair novos motoristas. O saldo de dois mil e vinte e cinco era positivo, e previa-se o mesmo para dois mil e vinte e seis.

(45:50 do vídeo)

O **Deputado Luís Bravo**, deixou uma saudação especial e específica a todos os profissionais da Proteção Civil e Segurança no Barreiro e no País, que mantinham todos em segurança, desejou boa sorte ao Presidente da Câmara e ao Executivo que o iria acompanhar, e que a noite fosse melhor do que se antecipava nos avisos de risco. Do documento em análise o Grupo Municipal do PSD retirara duas reflexões. Uma era a dimensão sem precedentes dos impostos diretos municipais, demasiado dependentes do imobiliário, que incidiam demasiado sobre as famílias e trabalhadores barreirenses. A outra era a inflexibilidade e a rigidez patente na evidência de problemas estruturais que o Concelho continuava a ter, enunciou e fundamentou ambas as reflexões, **anexo V**.

(49:10 do vídeo)

O **Deputado José Luís Ferreira**, declarou que o Grupo Municipal da CDU iria votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Barreiro, e explicou os motivos conforme consta na intervenção inserta na Ata como **anexo VI**.

(48:18 do vídeo)

A **Deputada Raquel Nunes**, em nome do Grupo Municipal do CHEGA, fez a leitura da intervenção que se encontra inserta na Ata como **anexo VII**.

(01:03:58 vídeo)

O Deputado Nuno Chambel, considerou que era importante que a Assembleia Municipal se manifestasse perante todos os que vinham sofrendo com os últimos acontecimentos no País, quer em termos de prejuízos quer em perdas de vidas humanas, e também aos que ajudavam a minimizar o sofrimento das vítimas. Em relação ao documento dos TCB pediu os seguintes esclarecimentos: - o porquê da previsão de diminuição de venda de bens e benefícios correntes: - onde se baseava a previsão de diminuição do consumo em GPL; - não achavam demasiado positivo que a rubrica Materiais Diversos tivesse apenas aquele aumento; - a que se referiam os dois processos sobre autocarros elétricos. Sobre o documento da Câmara Municipal colocou as seguintes questões: - O Executivo não se preocupava com a capacidade de solvência da Autarquia? – a que se referia o valor da rubrica “Outros Trabalhos Especializados”, da Divisão de Cultura e Juventude.

(01:09:27 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, deu nota ao Presidente da Câmara, de que os grupos municipais apelavam a que se pudesse voltar a entrar em diálogo sobre o quadro de tempos.

(01:10:05 vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, saudou e congratulou-se com a possibilidade de através do Governo e do Fundo Ambiental, ter havido oportunidade de reprogramar o PRR para aquisição dos quarenta autocarros elétricos. Perguntou ao Partido CHEGA se queria acabar com os Transportes Coletivos do Barreiro.

(01:11:53 vídeo)

O Deputado Francisco Alves, contrariamente às intervenções anteriores, não iria entrar em tecnicidades, mas sim olhar para o modo como os orçamentos eram construídos e para o que era o direito de oposição, que na sua opinião de pouco servia. Fundamentou, conforme consta no **anexo VIII**. O Bloco de Esquerda não partilhava do negacionismo expresso em relação aos TCB, acompanhava a aquisição dos quarenta autocarros elétricos, por considerar que resultaria em poupança de dinheiro e em melhoria ambiental. Deixou registado com veemência que aquilo que não defendia nos TCB há mais de cinco anos, era a precaridade que se mantinha e a opção política de contratar motoristas a termo, num posicionamento de pura visão capitalista. Referiu que era tempo de pensar em atribuir transporte gratuito a maiores de sessenta e cinco anos e a desempregados e justificou.

(01:21:30 vídeo)

O Deputado José Caetano, queixou-se de que para além dos documentos terem sido apresentados à última da hora, com pouco tempo para análise, a apresentação feita pela Câmara Municipal fora lamentável. Opinou que, do ponto de vista de estratégia e desenvolvimento os documentos nada diziam e fundamentou a sua análise. Pediu esclarecimento sobre o valor global da dívida. Acrescentou que o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e Mapa de Pessoal dos TCB não respondia às necessidades do serviço público de transportes do Barreiro e concelhos limítrofes, nem valorizava os trabalhadores, e igualmente fundamentou. “... permite que a gente possa extrair uma ilação, é que a gestão, os números, a utilização deste instrumento para o bem-estar da população, não é gerido tendo em conta os interesses da população e a resolução efetiva e clara dos seus problemas.”, concluiu.

(01:38:46 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, chamou a atenção do Deputado José Caetano que na sua alocação, começara

por dizer que não lhe fora dado tempo para estudar o documento, o que não era factual pois os deputados tinham tido sete dias para o fazer, o que era mais do que normal. A afirmação era factual em relação ao ponto 2.5, mas não em relação aos pontos 2.3 e 2.4.

(01:40:38 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, convidou o Deputado Francisco Alves do BE, para em conjunto refletirem sobre se valia a pena, ano após ano, em sede de Orçamento, falar da precariedade dos TCB, e fundamentou conforme consta no **anexo IX**.

(01:44:16 vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, apresentou a sua solidariedade junto de quem vinha sofrendo com as intempéries que assolavam o País, e o seu reconhecimento a todos os cidadãos que estavam na linha da frente, no apoio a bens e pessoas nos concelhos mais devastados. Fez análise aos documentos conforme consta no **anexo X**.

(02:00:33 do vídeo)

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, comentou que o Partido Socialista se apresentara com um projeto, e esse projeto fora sufragado por ampla maioria, o Orçamento estava vertido nesse projeto, obviamente não iriam trazer opções diferentes das sufragadas. Continuou a sua intervenção conforme consta no **anexo XI**.

(02:18:50 vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, “Não podia falar, sem antes mencionar aquilo que aconteceu ontem na Ordem do Dia, em sede de Reunião de Câmara, onde foi referido e passo a citar, ...que se sentiam contentes por aqui terem o chiqueiro do CHEGA. É assim, este tipo de suinicultura a mim não me ofende pessoalmente, mas ofende a democracia no sentido de que no Barreiro, ... aqui, não há nenhum animal sentado, no Barreiro somos representados por munícipes que também não são animais e são eles que nós estamos aqui a representar e são eles que votaram para nós aqui estarmos, portanto, posto isto, quer o PSD quer o PS goste ou não goste, a cortesia institucional é o mínimo que aqui se exige, nomeadamente a quem detêm o poder.”, registou. Não percebera em que é que, o facto de o CHEGA colocar questões ao Executivo e fazer análises dos números, teria a ver com vontade de acabar com os TCB. Respondeu que não, não queriam acabar com os TCB, por os considerarem um braço estratégico de mobilidade local, um património histórico que garantia o serviço público local. Perguntou ao PSD se os queria privatizar.

(02:21:32 vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, respondeu ao Deputado Sandro Igreja, que a pergunta fora só no sentido de perceber a visão do CHEGA em relação aos TCB. Disse ao Deputado José Caetano que estava a assistir a uma evolução do PCP, recordou que em tempos falara de transportes e intermunicipalidade, e o então Vereador Rui Lopo se rira na sua cara, quando agora ia para Presidente da Carris, e Carlos Humberto nos Transportes Metropolitanos de Lisboa, dominando assim o transporte metropolitano. Fez reparo que no Mapa de participação das entidades não societárias do Município, não encontrara a verba necessária para a CIM. Pronunciou-se sobre os processos judiciais, sobre os valores dos custos da água e dos resíduos e pediu informação sobre os processos da SIMARSUL e AMARSUL. Perguntou a que se devia no Plano Plurianual a diminuição drástica da receita fiscal a partir de dois mil e vinte e oito.

(02:26:04 vídeo)

O Deputado Francisco Alves, respondeu ao Presidente da Assembleia Municipal que, aquilo a que na sua intervenção chamara de demagogia, o Bloco de Esquerda chamava

de coerência, na defesa de um princípio de “não à precariedade”. Era possível gerir bem os TCB e até ter lucro sem existirem motoristas precários. O contrato estava a ser usado como um período experimental alargado por isso, de cada vez que isso estivesse plasmado nos documentos, diriam não!

(02:27:40 vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, reafirmou que o facto de o CHEGA não concordar com a gestão dos TCB, não os queria nem privatizar nem acabar. Tendo em conta os acontecimentos climatéricos que vinham assolando o País, perguntou se no Orçamento estavam previstos meios para ajudar em situações idênticas, nomeadamente ao nível de geradores ou meios de apoio temporário para os municípios.

(02:28:50 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, efetuou uma reflexão sobre a evolução da tributação de impostos no Barreiro, conforme consta no **anexo XII**.

(02:35:00 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, comentou a intervenção do Deputado Luís Bravo e pronunciou-se sobre o que considerava importante referir num orçamento, conforme consta no **anexo XIII**.

(02:40:36 vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, por já ter sido dito várias vezes o Partido Socialista afirmar que governavam com os votos que tinham sido dados e que era o programa que fora sufragado, perguntou: - “Vocês governam para quem votou em vós, ou para todos os barreirenses?”.

(02:40:58 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, respondeu que governavam para todos os barreirenses, mas de acordo com aquilo que era a política sufragada pelos eleitores barreirenses.

(02:41:54 vídeo)

O Deputado Isidro Heitor, disse ao Deputado Luís Bravo que não era correto o exercício que fizera e fundamentou, conforme consta no **anexo XIV**.

(02:45:06 vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, disse ao Deputado Joaquim Sousa Marques que todos os orçamentos em maioria relativa ou absoluta, na Assembleia da República ou nos municípios, deveriam conter medidas da oposição, o direito de oposição existia para demonstração da democracia.

(02:46:32 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, respondeu ao Deputado Isidro Heitor nos moldes da intervenção anexa à Ata como **anexo XV**.

(02:49:08 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, respondeu às dúvidas colocadas pela Deputada Raquel Nunes, e pelo Deputado Nuno Chambel, conforme consta no **anexo XVI**.

(02:56:20 do vídeo)

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, pronunciou-se sobre a intervenção do Deputado Luís Bravo relativamente à coleta de impostos no Concelho, conforme **anexo XVII**.

(03:13:43 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, quis esclarecer junto do Vice-Presidente Rui Braga, as fontes de onde recolhera os dados relativos aos impostos, conforme intervenção inserta como **anexo XVIII**.

(03:05:47 vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, por não ter encontrado nenhuma referência no documento, voltou a perguntar se estava prevista a aquisição de geradores ou outros meios de apoio temporário para ajuda aos municípios, no caso de novas intempéries.

(03:06:47 do vídeo)

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, respondeu que a Proteção Civil tinha dois geradores e meios disponíveis para a segurança da Cidade, vinha sendo feito grande investimento nos últimos anos, pelo que se estava preparado para prestar socorro a qualquer eventualidade. No entanto, dada a dimensão dos acontecimentos recentes, não sabia se nenhum município ou país estaria preparado para ter uma resposta que evitasse danos a cem por cento.

(03:07:47 do vídeo)

Colocado à votação, o ponto 2.3 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (18), e votos contra do CHEGA (4), da CDU (4), do PSD (3) e do BE (1) – Deliberação N.º 29 (Mandato 2025-2029)

(03:08:40 do vídeo)

Colocado à votação, o ponto 2.4 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (18) e do PSD (3) e votos contra do CHEGA (4), da CDU (4) e do BE (1) – Deliberação N.º 30 (Mandato 2025-2029)

(03:09:20 do vídeo)

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, interpelou a Mesa para sugerir que sendo os restantes documentos, empréstimos e em condições idênticas, se pudesse fazer uma apresentação conjunta.

(03:10:05 do vídeo)

O Deputado Luís Bravo, justificou o voto contra do Grupo Municipal do PSD ao Orçamento da Câmara Municipal, conforme declaração de voto inserta na Ata como **anexo XIX**.

(03:12:20 do vídeo)

O Deputado Nuno Paulino, declarou os motivos de voto contra atribuído aos pontos 2.2 e 2.3, conforme consta no **anexo XX**.

2.1 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 9.656.455€ (NOVE MILHÕES, SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO EUROS) PARA CONSTRUÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL – MATA DOS LOIOS;

2.2 ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 28.378.600€ (VINTE E OITO MILHÕES, TREZENTOS E SETENTA E OITO MIL E SEISCENTOS EUROS) PARA REQUALIFICAÇÃO DO BARREIRO VELHO – ÁREA 1B, ÁREA 2 E ÁREA 3;

2.5 ADJUDICAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2026, ATÉ AO MONTANTE DE 7.500.00,00€ (SETE MILHÕES E QUINHENTOS MIL EUROS);

(03:14:20 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, informou que houvera concordância com a apresentação conjunta dos três empréstimos e pediu à Vereadora Maria João Regalo que durante a explicação, os separasse bem.

(03:14:56 do vídeo)

A Vereadora Maria João Regalo, no caso do ponto 2.1, tratava-se de um empréstimo a prazo de vinte anos com período de carência, sujeitos a visto do Tribunal de Contas, no mapa anexo demonstrava-se a capacidade de endividamento. O ponto 2.2 era igualmente um empréstimo a médio e longo prazo, com período de carência, que tinha parte de financiamento comunitário e não contava para efeito do cálculo da margem de endividamento. O empréstimo do ponto 2.5, tinha características diferentes, destinava-se a ser usado para fazer face a eventuais necessidades de tesouraria e teria que estar totalmente liquidado até ao final de dois mil e vinte e seis. Justificou os motivos da sua apresentação.

(03:20:29 vídeo)

O Deputado Sandro Igreja, em relação ao ponto 2.1, não contestava a obra que era uma ambição legítima e uma promessa por cumprir há décadas, mas preocupava-o a fragilidade financeira que a proposta revelava e justificou.” Tendo em conta que estamos a falar em triplicar o endividamento bancário do Município de uma forma quase instantânea, pode o Executivo garantir a esta Assembleia que a fuga para a frente no crédito bancário não irá comprometer a capacidade operacional, e a prestação de serviços básicos da Câmara nas próximas duas décadas?”, perguntou.

(03:22:04 do vídeo)

O Deputado Joaquim Sousa Marques, lembrou que, efetivamente os dois primeiros pontos eram empréstimos que a Assembleia Municipal já autorizara a Câmara Municipal a lançar concurso. Mais lembrou, que se tratava de um contrato de empréstimo de um investimento aprovado há minutos atrás, em sede de Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal. Considerou o terceiro empréstimo como uma inevitabilidade tendo em conta que os investimentos financiados através de fundos comunitários terem pagamentos tardios, e à medida que os mesmos fossem reembolsados, seria amortizado. Pelas razões expostas, anunciou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria aprovar as três propostas.

(03:24:43 do vídeo)

O Deputado José Caetano, perguntou porque motivo disparara o valor do projeto da Piscina dos Loios, e para que obras em concreto, iria ser utilizado o empréstimo para o Barreiro Velho. Lamentou a forma como a proposta do terceiro empréstimo chegara, sem forma de fazer a devida análise. Quis esclarecer que quando há pouco fora referida a existência de meia dúzia de recibos verdes nos TCB, no tempo da CDU, se tinham

esquecido que no período da Troika, as autarquias estavam proibidas de admitir pessoal sem consultar o Ministério da Administração Interna e só podiam admitir um trabalhador, se sássem dois do quadro.

(03:31:10 vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, conforme já mencionara o Deputado Sandro Igreja, ao Grupo Municipal do CHEGA preocupava o tamanho dos dois primeiros empréstimos. De acordo com a última Informação Escrita, o prazo da parte 1A, terminava ao dia em curso, perguntou se isso era verdade, se iria afetar a requalificação das zonas 1B, 2 e 3, o que se iria realizar nessas zonas e como iria impactar a mobilidade e a circulação da Cidade.

(03:33:48 do vídeo)

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, explicou que o primeiro orçamento para a Piscina dos Loios fora uma estimativa face à sua construção, e a diferença era a adaptação ao terreno e ao processo real, não houvera derrapagem. Pronunciou-se sobre a importância da obra. Informou que iria fazer chegar à Assembleia Municipal o projeto do Barreiro Velho para ser distribuído por todos, e que nessas zonas iria ser substituídas todas as infraestruturas do subsolo e fazer requalificação urbana à superfície que ia desde nova iluminação pública, novos arruamentos, passeios e ruas. Considerou que era um investimento que a todos deveria unir e justificou. Referiu-se à situação da obra da Rua Miguel Pais.

(03:47:20 vídeo)

O Deputado Rodrigo Mendes, não conseguira perceber a questão do atraso da zona 1A pois perguntara apenas, se isso iria afetar as zonas B1, 2 e 3. Manifestou-se feliz em nome de muitos barreirenses por ter ouvido que a iluminação iria ser mudada.

(03:48:25 do vídeo)

O Deputado José Caetano, pronunciou-se sobre a resposta que fora dada em relação às obras da Miguel Pais, recordando algumas intervenções do Vice-Presidente Rui Braga fizera na Assembleia Municipal, e sobre a diferença de valor do empréstimo entre o lançamento e a execução da Piscina dos Loios.

(03:52:05 vídeo)

O Deputado Hugo Cruz, fez reparo à forma como tinham sido confrontados com o novo ponto da Ordem de Trabalhos. Reparara no mapa dos empréstimos que desde dois mil e vinte e um, havia dez adjudicados à Caixa Geral de Depósitos, pelo que perguntou se o Município estava a enfrentar pouca concorrência com os bancos.

(03:54:00 vídeo)

O Deputado Francisco Alves, comentou como curioso o Vice-Presidente da Câmara ter apontado baterias ao Governo, acompanhava a posição e se fosse preciso promovia a manifestação. Mais comentou que as obras, com mais ou menos deslizes, tinham como princípio, a ansia das eleições autárquicas, o Barreiro estava em obra por todo o lado, e isso tinha que ter um tempo.

(03:55:38 do vídeo)

O Vice-Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Rui Braga, respondeu ao Deputado Francisco Alves que o Executivo nunca governara, nem calendarizara as obras municipais em nenhum Programa Eleitoral. Ao Deputado Hugo Cruz disse que fora feio o que fizera, apenas para levantar a suspeição sobre a Caixa Geral de Depósitos, e aconselhou a que se informasse sobre contratos públicos. Respondeu ao Deputado José

Caetano sobre a diferença do valor do empréstimo da Piscina dos Fidalguinhos, conforme consta no

(04:02:10 do vídeo)

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, André Alexandre Pinotes Batista, agradeceu a cooperação de todos por terem permitido completar a Ordem de Trabalhos, pediu à Câmara que de futuro ao solicitar a convocação de Reuniões Extraordinárias tivesse em conta o número de pontos.

(04:03:25 do vídeo)

Colocado à votação, o ponto 2.1 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1) e abstenção do CHEGA (5) e do PSD (3) – Deliberação N.º 31 (Mandato 2025-2029)

(04:03:51 do vídeo)

Colocado à votação, o ponto 2.2 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (18), da CDU (4) e do BE (1) e abstenção do CHEGA (5) e do PSD (3) – Deliberação N.º 32 (Mandato 2025-2029)

(04:04:20 do vídeo)

Colocado à votação, o ponto 2.5 foi:

Aprovado por maioria com votos a favor do PS (18), do CHEGA (5), da CDU (4) e do BE (1) e abstenção do PSD (3) – Deliberação N.º 33 (Mandato 2025-2029)

Nada mais havendo a tratar e não sendo necessário aprovar a Ata em Minuta, por produzir efeitos no dia seguinte em Edital, a Reunião foi dada por encerrada.



APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, foi lavrada a presente Ata que após lida e aprovada por UNANIMIDADE na Reunião realizada no dia 4 DE MARÇO de dois mil e vinte e seis, vai ser assinada por mim, Filomena Maria Rodrigues Neves, Assistente Técnica que a lavrei, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, André Alexandre Pinotes Batista.

O Presidente da Assembleia Municipal,



André Alexandre Pinotes Batista

A Assistente Técnica,



Filomena Neves

